DOI 10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2026.Vol21.N59.pp59-75

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PARTICIPATORY INVENTORY AND THE CURRICULARIZATION OF EXTENSION: POSSIBILITIES OF ARTICULATION IN TEACHER TRAINING

Camila Lima Miranda[1]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo relatar e discutir o desenvolvimento de um projeto de extensão em uma Universidade Federal localizada no Triângulo Mineiro (Minas Gerais), no qual foram construídos "Inventários Participativos", de modo que comunidades campesinas assumiram os processos de identificação e registro de referências culturais locais. A pesquisa assume abordagem qualitativa e caracteriza-se como um relato de experiência. Metodologicamente, a construção dos inventários fundamentou-se nas orientações do manual "Educação Patrimonial: inventários participativos", elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2016, envolvendo a identificação, sistematização e valorização de bens culturais classificados nas categorias lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. Em razão da limitação espacial do artigo, são apresentados e discutidos apenas trechos dos inventários elaborados. Os resultados evidenciam o potencial dos Inventários Participativos como estratégia formativa, ao favorecer o reconhecimento das comunidades como espaços legítimos de produção de conhecimento, fortalecer vínculos identitários e valorizar saberes e memórias historicamente subalternizados. Conclui-se que a articulação entre a noção de Inventários Participativos, vinculada à Museologia Social, às práticas sociais e à Extensão Universitária, contribui para legitimar a pluralização das vozes, mãos e espaços que constroem a formação de professores e o mundo. Essa perspectiva reafirma o papel social da universidade pública ao fortalecer e valorizar as comunidades, integrando-se a elas, rompendo com um isolamento histórico.

Palavras-chave: Inventário Participativo. Extensão. Formação de Professores. Comunidade.

Abstract

This article aims to report and discuss the development of an extension project carried out at a Federal University located in the Triângulo Mineiro region (Minas Gerais, Brazil), in which Participatory Inventories were developed, enabling rural communities to take on the processes of identifying and recording local cultural

1 Doutora em Ensino de Ciências (Modalidade Ensino de Química) pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, MG. Orcid: http://orcid.org/0000-0002-3809-2882 E-mail: camilamiranda.clm@gmail.com

references. The study adopts a qualitative approach and is characterized as an experience report. Methodologically, the construction of the inventories was based on the guidelines of the manual Heritage Education: Participatory Inventories, prepared by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) in 2016, involving the identification, systematization, and valorization of cultural assets classified into the categories of places, objects, celebrations, forms of expression, and knowledge. Due to the spatial limitations of the article, only excerpts from the inventories produced are presented and discussed. The results highlight the potential of Participatory Inventories as a formative strategy, as they foster the recognition of communities as legitimate spaces for knowledge production, strengthen identity ties, and value knowledge and memories that have historically been subordinated. It is concluded that the articulation between the notion of Participatory Inventories, linked to Social Museology, social practices, and University Extension, contributes to legitimizing the pluralization of voices, hands, and spaces that construct teacher education and the world. This perspective reaffirms the social role of the public university by strengthening and valuing communities, integrating with them, and breaking with historical forms of isolation.

Keywords: Participatory inventory. Extension. Teacher Training. Community.

Notas para um diálogo

O presente texto se ancora na percepção da intersecção entre temáticas que podem vir a contribuir com a formação de professores: a noção de Inventários Participativos (IPHAN, 2016), circunscrita pela Museologia Social e práticas sociais e, a Extensão. Em todas elas o reconhecimento da necessidade de se legitimar o pluralizar das vozes, mãos e espaços que constroem a formação de professores e o mundo, na construção de uma universidade que fortaleça os laços comunitários e contribua para a valorização das comunidades, integrando-se a elas, rompendo com um isolamento histórico.

Não se pode negar que um país com passado colonizado como o Brasil guarda as marcas da marginalização de grupos, da hierarquização de saberes e de decisões pouco democráticas que definem o que é cultura e o que deve ou não ser preservado (Colombo-Júnior; Queiroz; Silva, 2023; Marandino, 2022; Siqueira, 2016). Nesse sentido, para combater essa visão, algumas iniciativas merecem destaque como a noção de Museologia Social e o trabalho que vem sendo desempenhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sobre esse primeiro, destaca-se que

> [...] a dimensão educativa da Museologia Social consiste na apropriação dialógica, crítica, afetiva e sensível dos meios materiais, simbólicos e reflexivos pelos quais uma comunidade é capaz de produzir e gerir (identificar, preservar e comunicar) seu patrimônio integral (quaisquer elementos e

> relações que, na convivência, se tornam fundamentais para a construção da identidade e da humanização dos indivíduos e da coletividade, em congruência com a manutenção de sua adaptação e da vida dos demais seres), considerando o legado de seus antepassados, seu uso presente e o direito de usufruto pelas futuras gerações (Siqueira, 2016, p. 94).

Nessa perspectiva, diferentes vozes e histórias definem de modo coletivo e ocupam espaços que outrora estiveram reservados apenas para grupos hegemônicos. Trata-se de fortalecer identidades e preservar essas histórias para que não sucumbam ao tempo.

Nesta mesma direção, o IPHAN, almejando uma participação mais efetiva da população na política de preservação da cultura nacional, criou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) em 2000 (Silva, 2020), inicialmente de uso exclusivo do IPHAN, teve seu uso autorizado por pessoas externas ao Instituto nove anos mais tarde, porém requeria autorização e acompanhamento de seu uso pelo IPHAN (Silva, 2020). Em 2012, foi desenvolvido e disponibilizado o Inventário Pedagógico.

O Inventário Participativo foi criado pelo IPHAN em 2016, a partir do acúmulo de experiências do INRC e do Inventário Pedagógico. O Inventário Participativo (IPHAN, 2016), configura-se, então, como uma ferramenta de livre acesso, podendo ser utilizada sem necessidade de licença, autorização ou cessão de direitos, com vistas a realização pelas próprias comunidades de "autoinventário" de referências culturais mais significativas para seus moradores. Nos Inventários Participativos, a produção do conhecimento se dá de maneira dialógica e participativa. É uma ferramenta pedagógica que contribui no fortalecimento dos vínculos comunitários no que se refere ao patrimônio, à memória e ao território em que os bens culturais (materiais, imateriais e naturais) estão inseridos (IPHAN, 2016; Motta; Rezende, 2016). Nas palavras de Nito e colaboradores:

> [...] São os grupos, no seio de suas comunidades, que são os protagonistas nesses processos. A elaboração de um Inventário Participativo é a construção de conhecimento coletivo a partir do diálogo entre os indivíduos dos grupos detentores das referências culturais, de forma a promover o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da diversidade cultural. O desenvolvimento de Inventários Participativos não implica em reconhecimento oficial, mas é uma ação de cidadania e participação social, uma vez que os valores e sentidos atribuídos às referências culturais são construídos no léxico de conhecimentos mobilizados pelas

> pessoas participantes. Os princípios de Educação Patrimonial e o método de Inventário Participativo contribuem para a multivocalidade das narrativas sobre o patrimônio, mostrando que não há sentido em produções de conhecimento sobre referências culturais que não incluam em um papel central a população local. Ou seja, ações educativas devem ser produzidas a partir da significação afetiva e de memória coletiva de quem utiliza o território cotidianamente como espaço de vida e, portanto, como seu estimado jeito de ser e estar no mundo (Nito et al., 2022, p. 393).

No exercício desse protagonismo, o manual (IPHAN, 2016) aponta direções para facilitar a identificação dos bens culturais pelas próprias comunidades, sugerindo os tipos de bens a serem catalogados, a saber: "Lugares", "Objetos", "Celebrações", "Formas de Expressão" e "Saberes", bem como, a sugestão de estruturas para as fichas a serem preenchidas com as informações coletadas. Assim, por meio dessa identificação, as comunidades fortalecem seus laços identitários.

A partir da publicação do manual "Educação Patrimonial: inventários participativos" (IPHAN, 2016), o cenário de interesse pelos Inventários Participativos tem crescido e muitos trabalhos têm sido desenvolvidos com essa perspectiva. Em uma busca, por meio da ferramenta Buscad (Mansur; Altoé, 2021), foram encontrados um total de 97 trabalhos, com a palavra-chave "inventário participativo" e sem indicar um recorte temporal, sendo 5 em Scielo, 27 em Periódicos Capes, 7 no DOAJ, 28 na Plataforma Capes: Teses e Dissertações e 30 no BDTD, com a retirada de 13 trabalhos repetidos, somam-se 84 trabalhos no total. A discussão pormenorizada de cada trabalhos desviaria o enfoque do presente artigo, mas uma breve análise da expressiva quantidade de trabalhos demonstra que o interesse pelos Inventários Participativos tem se feito presente nas pesquisas brasileiras. A título de ilustração podemos listar: Martins et al. (2025), Nito et al. (2024), Oliveira et al. (2020), Pinheiro, Vasconcelos e Carvalho (2021) e Silva (2020).

A nosso ver, os Inventários Participativos dialogam de modo expressivo com a noção de Museologia Social, uma vez que visam que as próprias comunidades possam realizar o processo de identificação e registro de seus bens. Além disso, em uma universidade que almeje contribuir com ações transformadoras, as comunidades precisam fazer parte de sua constituição e, sem dúvidas, a Extensão é uma via que favorece esse diálogo, o que pode ocorrer por diferentes maneiras, aqui defende-se que os Inventários Participativos possam ser um deles.

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo de número 207 (Brasil, 1988), no âmbito dos cursos de licenciatura, se constitui como um componente catalisador de práticas que contribuem para uma formação docente mais articulada com as demandas atuais da sociedade e embasada cientificamente.

Acerca de um dos pilares dessa tríade, a Extensão, Paulo Freire (1983) já nos alertava que poderia se efetivar como "invasão cultural", se sua construção ocorrer de forma unilateral, com a crença da necessidade de se levar algo às comunidades, em suas palavras: "através do conteúdo levado, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem" (Freire, 1983, p. 13). Defende assim, que a Extensão ocorra não para os grupos que a recebem, mas com os grupos, em um processo de extensão dialógico, na compreensão que

> [...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

É o reconhecimento de todos os espaços e pessoas enquanto formadores. A despeito desse reconhecimento, historicamente, a Extensão tem sido o elo mais frágil dessa tríade na universidade.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2015) instituiu, na estratégia 12.7, que deve ser creditado, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares em extensão no currículo dos cursos de graduação. Por sua vez, a Resolução CES/CNE n. 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Estratégia 12.7 da Meta 12 da Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2018) reafirma essa necessidade. a Resolução trouxe, ainda, de forma expressa a concepção, diretrizes, princípios, avaliação e registro da Extensão (Oliveira; Tosta, 2021).

Embora não seja alvo de discussão no presente artigo, não podemos nos furtar de destacar o que seria um retrocesso, amplamente denunciado e combatido por diferentes Entidades, como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que as Diretrizes Curriculares Nacionais para

a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura), parte integrante do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n. 4/2024, causam ao limitar a Extensão ao centrá-la apenas na escola (ANFOPE, 2024; FORPROEX, 2024). Tal limitação contraria, inclusive, o Artigo 3º das Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária (Brasil, 2018), a saber:

> Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Tal limitação desconsideraria os demais espaços formativos que muito contribuem na formação docente e que também devem ter seu lugar assegurado na Extensão. Destaca-se que esse movimento das associações possibilitou que a extensão pudesse ter seu sentido ampliado ao descrito nas DCN, como discute Diniz-Pereira, apoiado no Parecer publicado em 11 de março de 2025, com orientações para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Brasil, 2025), de modo que "[...] apenas o Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado necessariamente em escolas" (Diniz-Pereira, 2025, p. 9).

Com base nos pressupostos acima delineados, o presente artigo tem como objetivo relatar e discutir o desenvolvimento de um projeto de extensão, ligado a um componente curricular integrador intitulado "Espaços Comunitários, Territórios e Integração de Saberes II", em uma universidade Federal localizada no Triângulo Mineiro (Minas Gerais), com estudantes de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, em que foram construídos "Inventários Participativos" (IPHAN, 2016), de modo que comunidades campesinas assumiram os processos de identificação e registro de referências culturais locais. A construção dos inventários fundamentou-se nas orientações do manual "Educação Patrimonial: inventários participativos" (IPHAN, 2016), envolvendo a identificação, sistematização e valorização de bens culturais classificados nas categorias lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes.

Procedimentos Metodológicos

O projeto de extensão, aqui relatado, foi desenvolvido no contexto de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, em uma universidade Federal localizada no Triângulo Mineiro (Minas Gerais).

Cabe destacar que a formação de professores na Educação do Campo, nesta universidade, é realizada por meio da Pedagogia da Alternância, perspectiva que contempla diferentes espaços formativos, inclusive de modo temporal. As aulas são realizadas na universidade de modo concentrado em cerca de 45 dias nos meses de janeiro-fevereiro e julho-agosto, no chamado Tempo-Escola (TE) e os demais períodos formativos são denominados Tempo-Comunidade (TC) e ocorrem nas comunidades onde os licenciandos e licenciandas residem, de modo a viabilizar a integração dos conhecimentos escolares e as experiências e saberes das comunidades.

As Atividades Extensionistas (AEXT) do curso supramencionado são distribuídas de dois modos: i) em disciplinas integradoras, a saber: em Espaços Comunitários, Territórios e Integração de Saberes I, II, III e IV; ii) em carga horária a ser contabilizada pela participação dos discentes em Programas, Projetos, Eventos, Cursos, dentre outros, registrados na Pró-Reitoria de Extensão Universitária (UFTM, 2023).

O projeto de extensão, narrado no presente artigo, está ligado especificamente no componente curricular integrador intitulado "Espaços Comunitários, Territórios e Integração de Saberes II". O foco da ação extensionista é o

> [...] reconhecimento e valorização das identidades do Campo presentes nas comunidades do campo dos discentes da Licenciatura em Educação do Campo. Consideram-se identidades do campo aquelas construídas e compartilhadas em coletividades que se engajam em objetivos comuns tais como os agricultores familiares, os extrativistas, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros, pescadores artesanais, integrantes do movimento dos atingidos por barragens, apanhadores de sempre viva, faiscadores e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no campo (UFTM, 2023, p. 79-80).

O componente curricular supramencionado foi desenvolvido durante o primeiro semestre letivo de 2025, ministrado idealmente no segundo período do curso, com a seguinte ementa:

> […] Identidades e sujeitos do campo. Pedagogia da alternância. Trabalho no/do campo. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam a gestão de processos educativos comunitários tendo a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem. Reconhecimento e valorização de identidades do campo (UFTM, 2023, p. 104).

Para a realização dos Inventários Participativos foram observadas as orientações presentes no manual "Educação Patrimonial: inventários participativos" (IPHAN, 2016). Inicialmente, durante o TE, foram apresentadas e problematizadas as categorias propostas no inventário para as referências culturais, a saber: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos (Quadro 01), de modo a promover a reflexão acerca das possibilidades de referências culturais que poderiam ser inventariadas pelo grupo (IPHAN, 2016).

Quadro 01: Categorias de bens culturais presentes no manual "Educação Patrimonial: inventários participativos" (IPHAN, 2016).

Categoria	Definição
Lugares	"Alguns territórios, ou parte deles, podem ter significados especiais. Esses significados costumam estar associados à forma como o território é utilizado ou valorizado por certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial ao lugar. Pode ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (uma paisagem inteira!)" (IPHAN, 2016, p. 31)
Objetos	"Nesta categoria estão incluídos aqueles objetos produzidos e utilizados que se relacionam fortemente com a memória e a experiência das pessoas, por estarem associados a fatos significativos de sua história, tornando se assim uma referência cultural para elas. Muitos objetos são de uso cotidiano e podem estar em nossas casas, nas ruas, na escola, nos locais de culto, em rituais de devoção religiosa etc. Podem ser individualizados ou estar incorporados à arquitetura, como no caso de ornamentos em locais de culto ou em residências; pinturas murais; painéis azulejados etc. Podem servir como instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, objetos decorativos ou adquirir sentidos específicos" (IPHAN, 2016, p. 39)
Celebrações	"Todo grupo promove celebrações, por motivos diversos: religiosos, de lazer, de festejar as datas especiais para o local, para a cidade, o estado, o país. As celebrações importantes para uma comunidade passam de geração em geração. Com o decorrer do tempo, alguns elementos podem ser modificados, retirados ou inseridos na celebração. É muito interessante saber quais foram essas transformações e porque aconteceram, uma vez que contam sobre os propósitos, os desejos e a história da comunidade que a faz" (IPHAN, 2016, p. 48)

Formas de Expressão	"São muitas as maneiras pelas quais uma comunidade expressa e comunica sua cultura. Para isso, muitos recursos são utilizados. Entre eles estão as diversas linguagens, como, por exemplo, a linguagem visual: pintura, escultura, fotografia, cinema, artesanato etc. Outras envolvem alguma atividade corporal ou encenação, como a dança, o teatro, um espetáculo, um corso, uma procissão etc. Há as formas de expressão literárias, que podem ser escritas ou orais. São tradições orais: provérbios, lendas, mitos, contos, cânticos, ditados, rimas, trovas, adivinhações, orações, ladainhas, expressões regionais, gírias e muitas outras formas. Algumas tradições, mesmo sendo orais, comumente são veiculadas de forma escrita, como a literatura de cordel". (IPHAN, 2016, p. 58)
Saberes	"A realização de um produto ou serviço envolve técnicas e conhecimentos próprios que podem se constituir em referências culturais para o grupo, como a receita de uma comida, ou uma técnica especial empregada para tocar ou produzir um instrumento musical. São saberes que podem ter sentido prático ou ritual e que, às vezes, até reúnem as duas dimensões. É o caso dos métodos relacionados à cura, presentes nas benzeduras ou pajelanças. Tais saberes envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele". (IPHAN, 2016, p. 68)

Fonte: IPHAN (2016).

Também se discutiu a construção de fichas, para a sistematização de informações sobre o Território (imagem; mapa; denominação; outras referências de localização; descrição; história e dados socioeconômicos) e sobre cada bem categorizado.

Alguns itens são comuns a todas as categorias, a saber: nome; imagem; o que é; onde está; períodos importantes; história; significados; descrição; manutenção - responsáveis e os cuidados necessários; avaliação – indicação dos principais aspectos para que o bem continue sendo uma referência cultural e quais podem interferir para seu desaparecimento). Assim, além dos anteriormente listados, outros específicos são listados em cada categoria:

> Para os lugares: elementos naturais; elementos construídos; materiais; técnicas ou modos de fazer; atividades que acontecem no lugar;
> Objetos: técnicas ou modos de fazer; atividades relacionadas ao objeto;
> No que se refere as formas de expressão também são identificados: Significados; Pessoas envolvidas; Roupas e acessórios; Expressões corporais (danças e encenações); Expressões orais (músicas, orações e outras formas de expressões orais); Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros); Estrutura e recursos necessários;
> As celebrações incluem a descrição dos itens também presentes nas formas de expressão, somando-se a descrição da programação e; comidas e bebidas;

> Por sua vez, em saberes, além dos já mencionados, também se identifica como se dá a transmissão do saber.

No Quadro 02 são apresentadas informações acerca dos territórios onde foram desenvolvidos os Inventários Participativos. Destaca-se que esses territórios se referem à localidade em que os licenciados(as) residiam na ocasião desse desenvolvimento. Se a principal característica desse material é sua construção pela própria comunidade, nada mais representativo que os territórios sejam onde os licenciandos residem, de modo a serem eles, os catalizadores dessa construção.

Quadro 02: Territórios em que foram desenvolvidos os Inventários Participativos que serão aqui relatados.

Cidade/Comunidade	Informações sobre a localização
Comunidade Riacho Dantas	Está localizada no município de Rio Pardo de Minas, no Norte de Minas Gerais.
São Francisco	Município localizado no Norte de Minas Gerais, situado às margens do rio São Francisco.
São Romão	Município localizado na região Norte de Minas Gerais.
Lapa do Espírito Santo	Pertence ao município de São Francisco, no Norte de Minas Gerais.

Fonte: elaboração própria (2025).

Após esse momento, foram criadas as listas dos bens que comporiam os inventários, incluindo as pessoas ou instituições a serem contactados, com vistas ao desenvolvimento das atividades de campo. "[...] as atividades de campo consistem em entrevistar pessoas e documentar, por meio de anotações, filmagens, desenhos e fotografias. Isso vai servir para preencher as fichas que fazem parte do inventário" (IPHAN, 2016, p. 15), o que será discutido na próxima seção.

Resultados e Discussão

A construção dos Inventários participativos requer a reflexão acerca de quais bens, sejam materiais, como objetos ou edificações, ou imateriais, tais como saberes ligados à produção e festas culturais, representam a comunidade, em um movimento dialógico no seio da própria comunidade. Nesse processo, realizado durante o TC, buscou-se, "[...] produzir conhecimento sobre as referências culturais pesquisadas, o que é fundamental para preservá-la e difundi-la. [...] O conteúdo da documentação

é o resultado do olhar da equipe sobre a referência cultural" (IPHAN, 2016, p. 19). No quadro 03 estão sintetizados os bens categorizados presentes nos Inventários Participativos construídos.

Quadro 03: Categorias e bens presentes nos Inventário Participativos construídos

Inventário Participativo	Cidade/ Comunidade	Categoria de bem cultural	Bem inventariado	Breve descrição
01	Comunidade Riacho Dantas	Celebrações	Festa do Divino Pai Eterno	A Festa do Divino Pai Eterno é uma importante manifestação religiosa católica, na qual os devotos louvam e celebram a fé através de uma novena que dura nove dias.
		Saberes	Produção de rapadura	Envolve a fabricação artesanal de rapaduras por um casal da comunidade. Toda a renda da família provém dessa atividade.
02	São Francisco	Celebrações	Festa de São Sebastião – Folia de Reis	Celebração religiosa católica e cultural em homenagem à São Sebastião
		Lugares	Igreja de São Félix	Local de celebrações religiosas católicas tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)
03	São Romão	Objetos	Carrancas	Obras de arte, especificamente esculturas esculpidas em madeira.
04	Lapa do Espírito Santo	Celebrações	Festa do Carro de Boi	É uma celebração tradicional que homenageia a cultura sertaneja e a vida no campo, especialmente valorizando o carro de boi, um evento que mistura fé e tradição.
		Saberes	Produção de farinha e polvilho (Goma)	Envolve a fabricação artesanal de farinha e polvilho de mandioca, saberes transmitidos de geração em geração na comunidade.

Fonte: elaboração própria (2025).

Dada a limitação espacial deste artigo, aqui serão apresentados e discutidos apenas trechos desses Inventários Participativos. Na análise do Quadro 03 observa-se o uma prevalência do inventariar de celebrações, seguido de saberes, lugares e objetos.

Acerca dessas celebrações, elas estão para além da dimensão religiosa, se manifestam enquanto prática social nas comunidades. Oliveira e colaboradores (2014) apontam que as práticas sociais

> [...] decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes, natural, social, cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (Oliveira et al., 2014, p. 33)

Como se observa no excerto do Inventário Participativo 01, ao tratar da Festa do Divino Pai Eterno, ao ressaltar que: "[...] a festa representa um dos mais fortes movimentos culturais da comunidade, com grande participação dos moradores, que contribuem ativamente para a realização desse evento. Além de fortalecer os laços entre os membros, promove momentos de união e cooperação" (Inventário Participativo 01). A Festa do Carro de Boi, presente no Inventário Participativo 04, também destaca essa dimensão:

> [...] É uma celebração tradicional que homenageia a cultura sertaneja e a vida no campo, especialmente valorizando o carro de boi, um evento que mistura fé e tradição. A festa é realizada por um morador da comunidade, o Sr. José Bento. Segundo ele, o intuito da festa é tentar resgatar a cultura e servir como um momento de união entre as comunidades, promovendo a interação e o fortalecimento dos laços comunitários, é uma oportunidade para valorizar as tradições, resgatar a memória e reconhecer a importância da agricultura familiar (Inventário Participativo 04).

Nito e autores (2021), destacam que na construção dos Inventários é "possível desenvolver ações decoloniais em busca da valorização de memórias e identidades subalternizadas e invisibilizadas ao longo da história" (p. 411). Reflexões essas que vão ao encontro da ideia do conhecer para valorizar presente no trecho abaixo:

> [...] Fazer este inventário me fez valorizar ainda mais uma tradição que eu não tive tanto contato, e talvez nunca tenha parado para pensar com tanta profundidade. A Folia de Reis não é só uma festa, é um símbolo de fé, solidariedade, cultura e identidade. Espero que, ao ler este trabalho, você também possa sentir um pouco da força dessa manifestação que nos orgulha tanto aqui em São Francisco (Inventário Participativo 02).

Martins e autores (2025), ao construírem um Inventário Participativo do patrimônio cultural afro-brasileiro em Viçosa, Minas Gerais (MG), apontam a dualidade desse processo de construção

> [...] O caráter, eminentemente, recente do processo de valorização do patrimônio cultural imaterial, se por um lado representa um avanço no que tange ao reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e da necessidade de se conferir visibilidade a grupos historicamente marginalizados, por outro revela ainda a sobrevivência de assimetrias culturais relevantes, cujas facetas, ainda hegemônicas, passam ao largo da nítida valorização da diversidade (Martins et al., 2025, p. 6)

Portanto, se por um lado o Inventário Participativo contribui para a valorização de culturas subalternizadas historicamente, sua existência também revela que a subalternização ainda permanece.

O objeto destacado no Inventário Participativo 03, a carranca, embora tenha grande representatividade na região, atualmente é produzido por apenas uma pessoa, o que coloca em risco sua manutenção, como se observa no excerto abaixo:

> [...] Atualmente em São Romão só Braulito confecciona as carrancas, sendo assim ele é mais conhecido por Dim Carranca por sua longa trajetória fazendo essas esculturas. Ele conta que logo quando começou a esculpir essa obra de arte, ela foi muito bem valorizada em sua região, pois os pescadores encomendavam muito para colocar nas proas dos barcos, de modo que a fabricação de carrancas passou a ser sua principal fonte de renda. A partir disso não parou de fazer carrancas recebendo encomendas para todo Brasil, hoje o senhor Braulito tem 80 anos e faz carrancas há 47 (Inventário Participativo 03).

Algo que também ocorre com a produção de rapadura na Comunidade Dantas (Inventário 01):

> [...] O saber da produção artesanal de rapadura é extremamente importante e merece mais visibilidade. [..] No entanto, por ser um saber transmitido de geração em geração, sua continuidade corre o risco de ser comprometida devido as filhas dos principais produtores da comunidade não se envolverem na produção e buscarem outros caminhos, isso pode levar à extinção desse trabalho no futuro (Inventário Participativo 01).

Os Inventários Participativos, construídos nas atividades de Extensão discutidos no presente estudo, alicerçam-se na compreensão defendida por Freire (1983) há mais de quarenta anos, que esta ocorra com os grupos, em um processo de extensão dialógico. Perspectiva também assumida por Pinheiro, Vasconcelos e Carvalho (2021), ao produzirem um Inventário Participativo do ofício e modos de saber-fazer da Renda de Bilro em Ilha Grande, no Estado do Piauí, almejam "inventariar e construir com e para as rendeiras um plano de salvaguarda desse patrimônio cultural de natureza imaterial" (p. 130). O que pode vir a contribuir para que não haja um apagamento dessas práticas sociais.

Nos Inventários também foram apontados os desafios que as próprias comunidades identificam para a manutenção dessas práticas, em especial a falta de interesse dos mais jovens e o êxodo rural:

> [Festa do Divino Pai Eterno]. No entanto, muitos membros da comunidade já estão mais envelhecidos e debilitados, o que tem levado a uma diminuição na frequência das celebrações. A migração de moradores para a cidade também tem afastado pessoas dessa comemoração, resultando em uma queda no número de colaboradores e participantes. Além disso, a desmotivação de alguns em assumir responsabilidades dentro da igreja tem feito com que serviços essenciais deixem de ser realizados, comprometendo o funcionamento da celebração (Inventário Participativo 01).
>
> [Festa do carro de boi]. Para que a festa do carro de boi continue sendo uma referência cultural viva e significativa, é fundamental que o saber dos mais velhos passem para os mais novos. O jeito de construir um carro de boi, de cuidar dos animais, de organizar o cortejo e até de preparar as comidas típicas, são passados de geração em geração, com afeto, paciência e orgulho. Por isso, é tão importante que os mais jovens se envolvam, participem, façam parte da festa não só como público, mas como protagonistas dessa tradição. Mas há desafios. A correria das cidades e o distanciamento das raízes do campo acabam afastando as pessoas dessas tradições. Muitos jovens não se interessam, talvez por não conhecerem a riqueza que há por trás de cada carro que passa. E quando a cultura popular é vista como algo menor, sem valor, ela vai sendo esquecida aos poucos. Por isso, é tão importante cuidar dessa festa como se cuida de um tesouro (Inventário Participativo 04).

Também defendemos que essas práticas sociais componham os acervos dos museus, uma vez que esses espaços "devem preservar

memórias e culturas (não apenas as hegemônicas). Ao contrário, ao se apoiar no tripé do colonialismo, capitalismo e patriarcado estão fadados a conceberem conhecimentos em um viés utilitarista e pragmático, situado em uma visão eurocêntrica de ensino" (Colombo-Júnior; Queiroz; Silva, 2023, p. 216). Deste modo, além de contribuírem com a formação de professores, no presente caso, tem o potencial de contribuição do desenvolvimento de uma outra visão de mundo para aqueles que frequentam esses espaços, sendo os museus, em uma perspectiva da Museologia Social, então, agentes de transformação social.

Apontamos, ainda, apoiados em Oliveira et al. (2020), que a construção dos Inventários Participativos, "[...] não teve a finalidade de se colocar como um dispositivo de reconhecimento oficial e tombamento dos bens patrimoniais, mas visou promover um debate com a comunidade sobre aspectos como o reconhecimento, valorização e preservação dos elementos patrimoniais existentes (p. 94)". Contribuindo, ainda, para o reconhecer dos espaços/saberes construídos fora dos muros das universidades como fundamentais na formação de professores.

Considerações

A construção dos Inventários Participativos reforça o compromisso da Educação do Campo de se construir e fortalecer no diálogo com as comunidades. Ao serem as próprias comunidades a identificarem seus bens culturais, os inventários adquirem potencial de promoção e valorização de culturas que foram subalternizadas ao longo da história, preservando, assim, histórias que poderiam ser esquecidas.

Essa construção também destacou os desafios enfrentados pelas comunidades na manutenção de suas práticas sociais, como a falta de interesse dos jovens e o êxodo rural.

O projeto destacou, ainda, a necessidade de valorizar as identidades do campo e promover ações educativas baseadas na memória coletiva e na significação afetiva das comunidades. A reflexão acerca dessas temáticas na formação de professores tem potencial, então, de abrir flancos para a construção de uma educação ancorada em diversos contextos: ético, social, histórico e filosófico, o que tem potencial para materializar uma compreensão do mundo como construído e não como dado, fruto das inúmeras interações sociais que se estabelecem, assim, passível de avanços, retrocessos e, acima de tudo, de transformação.

Referências

ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). NOTA DA ANFOPE SOBRE O PARECER CNE/CP Nº 4/2024. 2024. https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Linha de Base. Brasília, DF: Presidência da República/DIRED, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/plano_nacional_de_educação_pne_2014_2024_linha_de_base. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/ CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 11 de março de 2025. Orientações para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília: CNE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/pcp005_25.pdf. Acesso em: 07 mar. 2026.

COLOMBO-JÚNIOR, Pedro Donizete; QUEIROZ, Pedro de Araujo; SILVA, Maria Betânia Moreira Carvalho. A busca por um fazer museal que contemple práticas sociais!. In: MIRANDA, Camila Lima; COLOMBO-JÚNIOR, Pedro Donizete (Orgs). Educação em Ciências e Matemática: pesquisas, relatos e reflexões do PPGECM/UFTM.1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, v.1, p. 203-219. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/educacao-em-ciencias-e-matematica-pesquisas-relatos-e-reflexoes-do-ppgecm-uftm/

DINIZ-PEREIRA, J. D. Aqui jaz o "3+1". A Resolução 4/2024 e o novo contexto de reforma das licenciaturas: desafios e possibilidades. Revista Formação Docente, v. 17, n. 36, e909, 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: https://ugc.production.linktr.ee/b0e1b98c-6e54-4a0b-a718-1b6f6599aeb7_SEI-5134850-Nota-Tecnica-2--1-.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? (8a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

IPHAN. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

MARANDINO, Martha. A invisibilização dos povos da floresta amazônica nos dioramas de museus: reflexões para educação e divulgação da ciência. Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, v. 15, n. nesp.2, p. 788–807, 2022. DOI: 10.46667/renbio.v15inesp2.757

MARTINS, Eric Matheus Faria; COTA, Luiz Gustavo Santos; ANDRADE, Thiago Teixeira de; JESUS, Ludimila Rayana Silva de. Patrimônios Negros: inventário participativo do patrimônio cultural afro-brasileiro em Viçosa, Minas Gerais. Revista Ponto de Vista, v. 14, n. 1, p. 01–15, 2025. DOI: 10.47328/rpv.v14i1.19423

MANSUR, Daniel Redinz; ALTOÉ, Renan Oliveira. Ferramenta Tecnológica para Realização de Revisão de Literatura em Pesquisas Científicas. Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco, v.10, n. 1, p. 8-28, 2021. DOI: 10.36524/saladeaula.v10i1.1206.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016, p. 1-39.

NITO, Mariana Kimie da Silva; FARACO, André Frota Contreras; SOSTER, Sandra Schmitt; RAMPIM, Sônia. Desenho Em Camadas como abordagem de Inventário Participativo: as ações educativas em Nova Olinda (CE) e Santa Bárbara D'oeste (SP). Sillogés, v.5. n.1. p. 390 – 414, 2022. Disponível em: https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/54/50. Acesso em: 20 nov. 2024.

OLIVEIRA, Carla Viviane Novais Cabral; TOSTA, Marielce de Cássia Ribeiro. Estudo da curricularização da extensão no centro universitário norte do Espírito Santo. Revista Conexão UEPG, v. 17, n. 1, p. 01-20, 2021. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/17110/209209214312. Acesso em: 10 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ana Paula Alves de; SILVA, Herolayne Karina Batista da; SILVA, Maria Heloiza Batista da Silva; OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa. Patrimônio Rural de Mossoró/ RN: experiência do Inventário Participativo na identificação de Bens Culturais na Comunidade Maísa. In: OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (Orgs.) Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação. Mossoró: EdUFERSA, 2020, p. 93 – 105.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; GONÇALVES-JUNIOR, Luiz; MONTRONE, Ainda Victoria Garcia; JOLY, Ilza Zenker Leme. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M.W.; SOUSA, F.R. (org.). Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 29-46.

PINHEIRO, Áurea Paz; VASCONCELOS, Marinete Martins; CARVALHO, Rita de Cássia Moura; Inventário participativo da Rendas de Bilro dos morros da Mariana, Piauí, Brasil. Historiæ, v. 12, n. 1, p. 129–150, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12746. Acesso em: 23 abr. 2025. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Emanuelly Mylena Velozo. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 5, n.8, p. 204 – 213, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/19051/13121. Acesso em: 20 jan. 2025.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Museologia social e educação: o poder da memória para descolonizar o ensino. Revista Fórum Identidades, v. 22, n. 22, p. 85-100, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/6208. Acesso em: 20 nov. 2024.

UFTM. Projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Uberaba, 2023.

Submetido em agosto de 2025
Aceito em abril de 2026
Publicado em novembro de 2026